Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte (Últimas)
Data 15/6/2002 Pg 3
Class.

CRIME AMBIENTAL

Plantador de soja destrói mata localizada em reserva ecológica. Ele escapou da prisão em flagrante porque a polícia demorou para investigar a denúncia

Kleber Lima

AGRESSÃO À NATUREZA: RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA CUSTARÁ QUASE R$ 600 MIL. MINISTÉRIO PÚBLICO QUER COBRAR INDENIZAÇÃO DO FAZENDEIRO

Córrego é desviado para construção de barragem

Renato Alves
Da equipe do **Correio**

O Ministério Público apresenta na próxima semana denúncia por danos ambientais contra o produtor rural Ademar Cenci, um dos maiores plantadores de soja do Distrito Federal. Ele desviou o leito do córrego Forquilha, devastou 13.800 metros quadrados de matas ciliares e escavou um buraco de 187.500 metros cúbicos em uma das suas propriedades, a fazenda Coxilha, às margens da DF-285, que liga o Paranoá a Palmital (MG). O fazendeiro construía uma barragem dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central sem autorização de qualquer órgão do governo local ou federal.

Cenci já foi indiciado pela Delegacia de Meio Ambiente (Dema) por crime de dano ambiental. "Nossos agentes ficaram impressionados quando chegaram ao local. É o maior dano ambiental provocado por um particular já registrado na delegacia", informa o delegado Carlos Alberto de Oliveira, da Dema.

O crime na fazenda Coxilha começou a ser investigado por meio de denúncia do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno. Assim que recebeu o relato da entidade, no dia 22 de maio, a promotora Juliana Santilli, da Promotoria do Meio Ambiente (Prodema), encaminhou um pedido de investigação à Dema em caráter de urgência.

Porém, agentes da delegacia especializada e do Instituto de Criminalística da Polícia Civil só foram à fazenda Coxilha dois dias depois. Ao chegarem na propriedade, eles não encontraram máquinas trabalhando nem Cenci. "Acho que ele foi informado antes de que iríamos lá. Por isso, não tivemos como prendê-lo em flagrante", suspeita o delegado Carlos Alberto.

Cenci livrou-se do flagrante, mas responderá a um processo no Tribunal de Justiça do DF pelos danos ambientais. Caso seja condenado, pode pegar de um a cinco anos de cadeia. "Ele provocou uma situação gravíssima. Não pode ficar impune", alerta Juliana Santilli. Ela garante ter provas suficientes para denunciar o fazendeiro.

MULTA

Os peritos da Polícia Civil constataram que foram desmatados 230 metros de comprimento e 30 metros de largura nas duas margens do córrego Forquilha. Eles calculam que a recuperação de toda área custará R$ 565.500. Essa conta será cobrada pelo Ministério Público do dono da propriedade.

O fazendeiro já recebeu uma multa de R$ 85 mil da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) no dia 3 de junho, quando foi assinado o auto de infração. Ele tem até a próxima segunda-feira para recorrer da pena. Em 30 dias, Cenci deve apresentar ao órgão um plano de recuperação da área degradada.

O presidente do Fórum de ONGs Ambientalistas do DF e Entorno, César Victor do Espírito Santo, diz que a barragem construída por Cenci serviria para instalação de um pivô central, usado em plantações irrigadas. "Seria um desastre. Em época de seca, o córrego poderia secar. A obra prejudicaria no mínimo 10 propriedades que dependem daquela água", ressalta o ambientalista.

O **Correio** não encontrou Cenci na fazenda Coxilha ontem. Ele também não retornou as ligações feitas durante o dia.

PREJUÍZO ECOLÓGICO

13.800 M²
de matas ciliares foram derrubados na fazenda Coxilha

R$ 310 MIL
é o valor do replantio, segundo a polícia

R$ 250 MIL
serão necessários para recuperação do solo

CERRADO PERDE 57% DA ÁREA ORIGINAL

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central foi criada por decreto da Presidência da República em 10 de janeiro deste ano. A partir daquela data, 60% do território do Distrito Federal e parte do estado de Goiás estão sob a responsabilidade da União. Desde então, nenhuma obra, condomínio, assentamento, comércio ou exploração turística pode ser feita sem autorização do governo federal. A APA foi criada para proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo o patrimônio ambiental e cultural da região. Estudo da Unesco revela que o Cerrado perdeu 57% da área original nos últimos 45 anos. Somente no ano passado, a Câmara Legislativa aprovou 125 condomínios no DF.